

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ÁRION PEDRO DE SOUZA

**EXPANSÃO DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS
BRASILEIRAS**

Belo Horizonte

2019

ÁRION PEDRO DE SOUZA

**EXPANSÃO DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada como parte integrante da estrutura curricular obrigatória do Curso de Graduação em Gestão Pública na UFMG.

Prof^a Orientadora: Débora Freire Cardoso.
(UFMG).

Belo Horizonte

2019

EXPANSÃO DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Monografia apresentada como parte integrante da estrutura curricular obrigatória do Curso de Graduação em Gestão Pública na UFMG.

APROVADO em _____ de _____ de _____.

Prof._____

Prof._____

Orientadora

Belo Horizonte

2019

Dedicatória

A todos meus amigos e colegas de trabalho que contribuem para meu aprendizado e crescimento a palavra que me vem neste momento é gratidão. Em especial agradeço a meu tio Paulo Vicente, que também se tornou um grande irmão nessa jornada chamada vida, obrigado por estar sempre presente quando preciso! Saiba que pode sempre contar comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais Hudson e Isabel Cristina, a meus irmãos Johann, Icaro, Huriel e Nicholas. Essa família “Galo Doido”... E a todos meus familiares, avos e avôs, tios e tias, primos e primas, Deus não poderia me dar uma família melhor, sem cada um de vocês eu nada seria, meus orgulhos.

A minha amada esposa Amanda, minha companheira, minha amiga, com você descubro o melhor de mim!!! A cada dia meu amor só cresce. Eu sou completamente apaixonado por você. Obrigado por seu apoio incondicional.

Aos meus amigos, em especial ao Pedro Bebezão, que me acompanhou nesta jornada, sempre me dando total apoio. Principalmente nos momentos de quase desistência. Minha eterna gratidão.

Aos meus professores, em especial a Prof Debora por ter aceitado este desafio comigo e a Prof Geralda pelo apoio

“Live together or die alone”...

Árion Pedro de Souza

“A fé na vitória tem que ser inabalável...”

Marcelo Falcão.

RESUMO

As políticas econômicas de ampliação do acesso ao crédito para pessoas físicas, vistas no Brasil nos últimos anos aqueceram a atividade econômica, aumentando a demanda por bens e serviços, a circulação de moeda, o investimento e a produção. Por outro lado, a aceleração dessas ofertas de crédito ao consumidor foi feita sem políticas públicas de educação financeira concomitantes, de modo que desencadearam um maior endividamento das famílias. Neste sentido, se faz necessário um olhar e uma análise para a evolução das políticas de expansão de crédito ao consumidor no Brasil, de modo a considerar se a literatura aponta para uma correlação entre a expansão do crédito ao consumidor e o endividamento das famílias brasileiras. Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a expansão do Crédito ao consumidor de 1990 a 2014 e o endividamento das famílias brasileiras a partir dos anos 2000. Os objetivos específicos são: I) caracterizar as políticas de crédito ao consumidor de dos anos 1990 até os anos mais recentes. II) caracterizar o endividamento familiar e avaliar sua dinâmica nos anos 2000. Para a realização desse estudo, opta-se pela construção de um artigo de revisão, onde será realizado uma pesquisa bibliográfica não-sistemática. No capítulo 1, será abordado a evolução da política de expansão de crédito ao consumidor a partir de 1990. No capítulo 2, será feita uma análise do endividamento das famílias brasileiras, buscando conceituar o que é endividamento familiar e como ela ocorre na conjuntura brasileira. Através dos artigos pesquisados pode-se perceber que os mecanismos de acesso ao crédito que possibilitaram às famílias brasileiras uma maior aquisição de bens e serviços, explicam parte do aumento do endividamento e da inadimplência. Neste sentido, se faz necessário novas pesquisas que possam contribuir para um melhor entendimento da relação entre crédito e endividamento e apontar políticas públicas que atuem para um melhor aproveitamento das famílias dos momentos de expansão creditícia, sem estimular o endividamento. Políticas públicas relacionadas à educação financeira são primordiais nesse sentido.

Palavras-chave: Crédito ao consumidor, Endividamento, Famílias.

ABSTRACT

Economic policies to increase access to credit for individuals, seen in Brazil in recent years, have fueled economic activity, increasing the demand for goods and services, currency circulation, investment and production. On the other hand, the acceleration of these offers of consumer credit was made without public policies of financial education concomitant, so it triggered a growth of household debt. In this sense, it is necessary to look at and analyze the evolution of consumer credit expansion policies in Brazil, in order to consider if the literature shows a correlation between the expansion of consumer credit and the Brazilian households debt. Thus, the general objective of this study is to evaluate the expansion of consumer credit from 1990 to 2014 and the Brazilian households debt from the 2000s. The specific objectives are: I) to characterize consumer credit policies from 1990 to the most recent years. II) to characterize the household debts and to evaluate its dynamics in the years 2000. For the accomplishment of this study, we opted for the construction of a review article, where a non-systematic bibliographic research will be carried out. In chapter 1, the evolution of the policy of expansion of consumer credit from 1990 onwards will be discussed. In chapter 2, an analysis will be made of the indebtedness of Brazilian families, seeking to conceptualize what is family indebtedness and how it occurs in the Brazilian conjuncture. Through the researched articles, it can be seen that the mechanisms of access to credit that allowed Brazilian families a growth in acquisition of goods and services, explain part of the increase in indebtedness and default rate. In this sense, it is necessary to carry out new research that may contribute to a better understanding of the relationship between credit and indebtedness and to point out public policies that act for a better utilization of the families of the moments of credit expansion, without stimulating indebtedness. Public policies related to financial education are paramount in this regard.

Keywords: Consumer Credit, Debt, Families.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010).....	11
Gráfico 02 – Evolução do saldo de crédito total no Brasil 1995 – 2018.....	12
Gráfico 03: Contribuição ao crescimento do crédito em termos de percentual do PIB. (Dez-2002).....	18
Gráfico 04: Concessão de crédito por modalidade (PF e PJ) no Brasil (2011-2019).....	21
Gráfico 05: Percentual de Famílias endividadas por produto (2010-2018).....	24
Gráfico 06: Evolução das operações de crédito: Taxa de juros média a.a. e prazo médio em dias (2003-2010).....	28
Gráfico 07 – PIB (índice), Comprometimento da Renda das famílias brasileiras (% da renda) e grau de endividamento das famílias brasileiras (% acumulada em 12 meses) de 2005-2016.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: <i>Evolução do crédito livre direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (2002-2010)</i>	13
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil.

BCB – Banco Central do Brasil.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

PF – Pessoa Física

PIB - Produto Interno Bruto.

PJ – Pessoa Jurídica

PROEF - Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

PROER - Programa de Estímulo à Recuperação e o Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

SFH - Sistema Financeiro de Habitação.

SFI - Sistema Financeiro Imobiliário.

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	Evolução da política de expansão de crédito ao consumidor no período após 1990.	10
3.	Avaliação do endividamento das famílias Brasileiras.....	22
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5.	REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o Brasil e o mundo presenciaram um aumento substancial de políticas econômicas de ampliação do acesso ao crédito, não só para empreendedores, pessoa jurídica, como também para pessoas físicas. Se por um lado essas estratégias podem aumentar o investimento público e empresarial, a circulação da moeda, a demanda por bens e serviços e impulsionar a atividade econômica, por outro lado, a ingerência financeira dessas ofertas de crédito podem desencadear um maior endividamento das famílias.

Ainda sofrendo com os reflexos da crise econômica no país, muitas pessoas apresentam dificuldades para quitar as dívidas e deixar a posição de devedores. Neste sentido, se faz necessário um olhar e uma análise para a evolução das políticas de expansão de crédito ao consumidor no Brasil, de modo a avaliar se a literatura aponta uma correlação entre a expansão do crédito ao consumidor (verificada nos anos 2000) e o endividamento das famílias brasileiras.

Neste sentido é importante também repensar quais as contribuições da gestão pública para o enfrentamento das necessidades não só governamental mas também alinhar os conhecimentos junto a população. Uma gestão pública bem estruturada pode: proporcionar avanços não só na comunicação interna, mas também maior acesso a informação aplicadas as linhas de crédito, e também a tomada de decisão, integrando os interesses dos bancos e também dos consumidores.

Tais desafios estão relacionados com a necessidade de uma maior interação entre os gestores e a sociedade, nos mais diferentes níveis hierárquicos. Estas interações podem constituir mudanças nas liberações e aplicações das linhas de crédito na alocação de recursos e também em estratégias de educação fiscal, para que a população possa se beneficiar dos recursos de crédito de forma adequada e gerir melhor suas contas e dívidas.

Assim se torna importante fazer um levantamento recente das mudanças percebidas no Brasil, quando nos referimos ao crédito e ao endividamento das

famílias, para que através disso possa-se também repensar a atuação do gestor público frente essa demanda.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a expansão do crédito ao consumidor desde 1990 até os dias mais atuais e o endividamento das famílias brasileiras a partir dos anos 2000. Os objetivos específicos são: I) caracterizar as políticas de crédito ao consumidor no Brasil e sua dinâmica dos anos 1990 e 2000. II) caracterizar o endividamento familiar e sua dinâmica nos anos 2000.

Para a realização desse estudo, opta-se pela construção de um artigo, onde será realizado uma pesquisa bibliográfica não-sistemática que “através de informações já publicadas sobre o tema proposto, resume, analisa e discute” (MARCONI & LAKATOS, 1999), gerando novos conhecimentos e possibilidades. Referindo-se a pesquisas bibliográficas, Rudio (1998 p.9) diz que: “A pesquisa, no seu sentido mais amplo, é um conjunto de atividades sistematizadas e organizadas, que orientadas visam a busca de conhecimento, que se referem à realidade”.

Ainda de acordo com Marconi & Lakatos (2000, p.21), “a pesquisa ou revisão bibliográfica trata-se de uma abordagem metodológica mais frequente, pois é através dela que o trabalho é fundamentado”. Com a pesquisa bibliográfica pretendemos realizar consulta a livros, periódicos, dissertações e teses sobre os temas que alicerçam o estudo como: economia brasileira, política monetária (de expansão do crédito ao consumidor) e endividamento das famílias.

No capítulo 1, será abordado a evolução *da política de expansão de crédito ao consumidor a partir de 1990*. No capítulo 2, é feita a análise do endividamento das famílias brasileiras, buscando conceituar o que é endividamento familiar e como ocorre na conjuntura brasileira.

2. Evolução da política de expansão de crédito ao consumidor no período após 1990.

O crédito é um instrumento econômico adequado que pode permitir a antecipação do poder de compra, gerando o crescimento das atividades de mercado. O acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor, como maior bem estar ao aumentar seu poder de compra e, consequentemente, de consumo, mas, em certo nível, o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações, tornando-se endividado (BORTOLUZZI *et al* 2015).

O setor bancário brasileiro passou por grandes transformações ao longo da década de 90 com o fim da alta inflação, após a bem-sucedida implantação do Plano Real. Para os autores Paula, Oreiro e Basílio (2008, p.473) “o setor vivenciou um processo de consolidação, no qual, por intermédio de fusões e aquisições, se evidenciou não só aumento do grau de concentração como também redução da importância dos bancos públicos”.

Um elemento importante na mudança estrutural do setor bancário brasileiro foi à entrada de bancos estrangeiros a partir de 1997, o que gerou expectativa de aumento da eficiência do setor em conjunto com a redução dos elevados spreads¹ cobrados pelos bancos brasileiros em suas operações de crédito, os quais se encontravam (e ainda se encontram) entre os maiores do mundo (SILVA *et al.*, 2007 p.201).

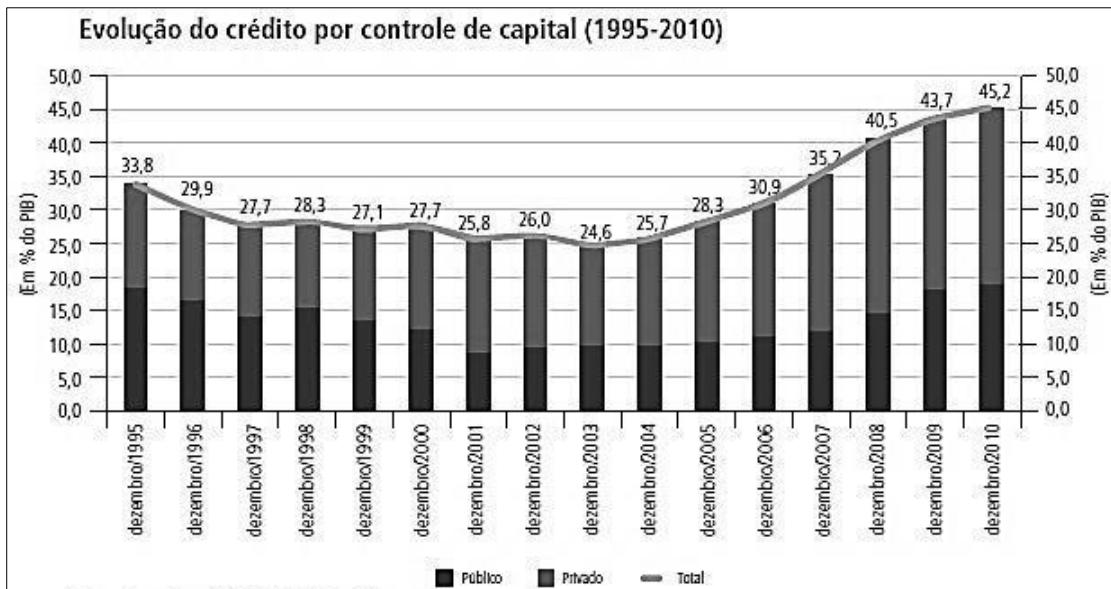
Segundo Mora (2017), na década de 1990, o crédito retrocedeu e a redução da participação dos bancos estatais pode explicar parte desse comportamento. Como pode se observar no gráfico 1, após o Plano Real, diferentes setores foram contemplados com programas de reestruturação, segmentados em três extensos programas, a saber: O Programa de Estímulo à Recuperação e o Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) e o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) (MORA, 2017, p.10).

Esses programas culminaram na venda de alguns bancos (Nacional, Bamerindus e Econômico) e na privatização da maioria dos bancos estaduais. Este

¹ O **spread bancário** é a diferença entre a taxa que as instituições financeiras captam dinheiro e a taxa que elas cobram ao emprestar dinheiro. <https://www.parmais.com.br/blog/o-que-e-spread-bancario/>.

processo contribuiu para a retração do crédito no período entre 1995 a 2003 (MORA, 2017, p.10).

Gráfico 01: Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010).

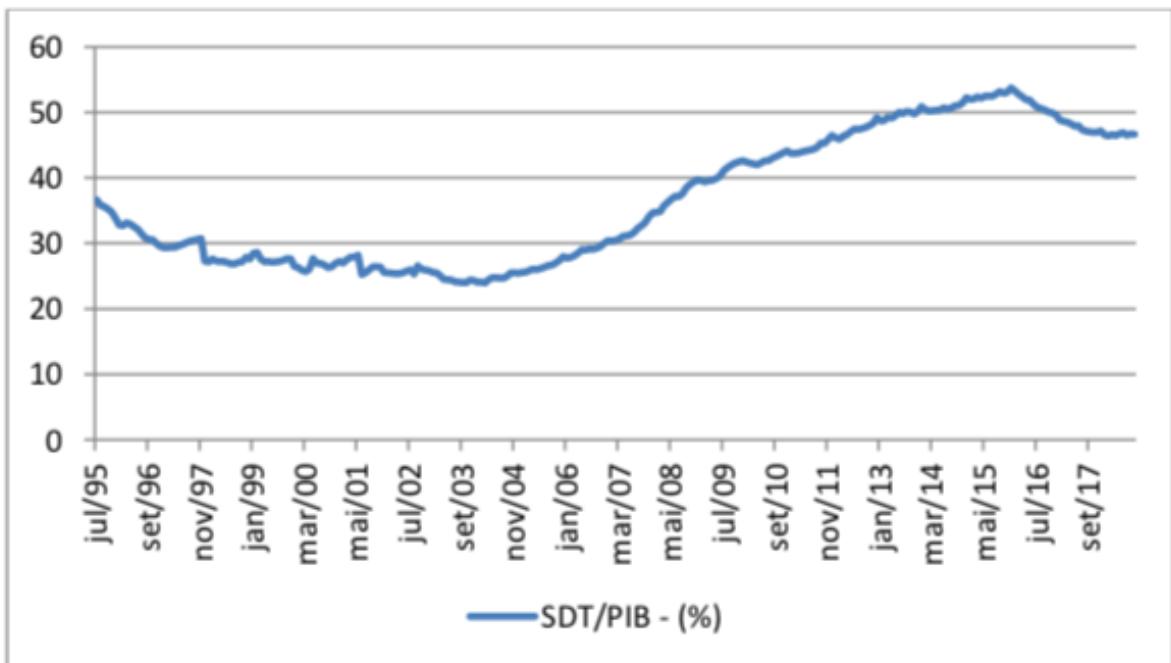


Fonte: MORA, 2017.

Por evolução do crédito por controle de capital, objetiva se comparar a porcentagem de crédito disponibilizada através dos meios públicos e privada. Nota-se pelo gráfico que houve um incremento do crédito total de 24,6% do PIB em dezembro de 2003 para 45,3% do PIB em dezembro de 2010, um aumento de 20.7 pp do PIB. Verifica-se, também, que em 2010 as instituições públicas retomaram o patamar de controle de capital de dezembro de 1995, enquanto as instituições privadas aumentaram, expressivamente, a concessão de crédito em termos de percentual do PIB.

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), a oferta de crédito tem sido crescente desde o ano 2004, onde o percentual de crédito total no sistema financeiro em relação ao PIB passou de 24,75% em 2004 para 52,6% em 2015, mesmo com efeitos negativos oriundos da crise financeira mundial que teve início em 2008. A partir de 2015, o saldo apresenta tendência de redução, puxada pelo cenário de crise na economia brasileira, conforme gráfico 2 (LIMA, 2018).

Gráfico 02 – Evolução do saldo de crédito total no Brasil 1995 - 2018



Fonte: LIMA, 2018

A maior oferta de crédito decorre do aumento da bancarização² dos brasileiros e pelo movimento de crescimento da economia, resultando no aumento do número de empregos formais – criação de 17,3 milhões de postos de trabalho, o crescimento do rendimento real – aumento de 66% do salário mínimo real – e da massa salarial, aliados às políticas governamentais de inclusão social e financeiras (LOPES, 2019, p.12).

Essa elevação do volume do crédito, em um contexto macroeconômico caracterizado por elevadas taxas de juros (ainda que descendentes), inicialmente foi capitaneada pelos bancos privados e ocorreu tanto no âmbito da pessoa física quanto jurídica (MORA, 2017).

² é o processo pelo qual todas as relações econômicas passam pela intermediação bancária, rendendo juros para os banqueiros. Para que isso seja possível, o máximo de pessoas numa sociedade deve ter conta em banco. Daí, a “bancarização”. Mais detalhes ver: <https://portaldisparada.com.br/economia-e-subdesenvolvimento/bancarizacao-financeirizacao/>

Quando analisado o crescimento do crédito segundo a fonte dos recursos sendo livres ou direcionados³, subdivididos em crédito para pessoa física ou jurídica, percebe-se que o crédito esteve distribuído em diferentes segmentos (tabela 1).

Tabela 01: Evolução do crédito livre direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (2002-2010).

Evolução do crédito livre direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (dez./2002-dez./2010)									
	Recursos livres			Recursos direcionados			Total		Crédito total
	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	
Dez./2002	6,12	10,13	16,25	3,21	6,55	9,76	9,33	16,68	26,01
Dez./2003	5,94	9,10	15,04	3,43	6,14	9,57	9,37	15,24	24,60
Dez./2004	7,14	9,24	16,37	3,37	5,94	9,31	10,51	15,18	25,69
Dez./2005	8,88	9,92	18,80	3,41	6,06	9,47	12,29	15,98	28,27
Dez./2006	10,04	10,99	21,03	3,75	6,14	9,89	13,79	17,12	30,92
Dez./2007	11,93	12,90	24,83	4,05	6,29	10,34	15,98	19,18	35,17
Dez./2008	13,00	15,73	28,73	4,55	7,19	11,74	17,56	22,92	40,48
Dez./2009	14,50	14,96	29,47	5,13	9,07	14,19	19,63	24,03	43,66
Dez./2010	14,85	14,75	29,60	5,79	9,86	15,64	20,64	24,61	45,25

Fonte: BCB.

Fonte: (MORA, 2017)

Pelos dados apresentados na Tabela 1, nota-se que os recursos livres aumentaram de 15 % do PIB para 29% do PIB, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2010, e os direcionados subiram de 9,6% do PIB para 15,6 % do PIB no mesmo período.

Para MORA (2017), o crédito à pessoa física cresceu de 9% em relação ao PIB, em dezembro de 2003, para 21% do PIB, em dezembro de 2010, enquanto, no mesmo período, os financiamentos para as empresas passaram de 15% do PIB para 25% do PIB. O pico durante o governo Collor (1990-1992) foi de 28% do PIB, nos governos FHC atingiu 37% do PIB, no ápice do Plano Real (1995), e, em 2007, estava em 34%. Em março de 2015, a participação no PIB atingiu 54,8% (Costa, 2008, p. 150). Porém, esse valor é baixo comparado às economias capitalistas desenvolvidas, onde geralmente ultrapassam 100% do PIB (Sant'Anna, Borça Júnior e Araujo, 2009).

³ Esta classificação é adotada pelo BCB. O crédito direcionado emana de fonte pré-estabelecida de recursos, dirigidos obrigatoriamente para determinado fim, enquanto o crédito livre é oferecido de modo autônomo pelos bancos. (MORA, 2017).

Apesar das perspectivas otimistas, quanto aos supostos resultados favoráveis da diminuição da presença do Estado no setor bancário e da entrada de bancos estrangeiros, o processo de concretização bancária no Brasil teve resultados aquém do esperado sobre a relação crédito/PIB e o custo da intermediação financeira (PAULA; OREIRO; BASILIO, 2008). No que se refere à estrutura do setor, o processo de redução da participação do Estado no setor financeiro é revertido com o aumento da participação dos bancos públicos no total de crédito concedido pelo sistema bancário brasileiro. Segundo Paula, Oreiro e Basilio; 2008:

Com efeito, entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2010, as operações totais de crédito do sistema financeiro público subiram 415,5% contra um aumento de 348,1% do sistema financeiro privado; quanto ao crédito ao setor industrial, houve elevação de 297,3% do crédito público contra 240,5% do privado; o volume de crédito público ao setor rural é 35% superior ao concedido pelo privado; somente no que se refere às operações às pessoas físicas e rurais, a expansão do crédito do setor privado supera a performance de crescimento do crédito público. (PAULA; OREIRO; BASILIO; 2008, p.474).

O desenvolvimento do crédito ocorreu inicialmente por intervenção dos recursos livres e foi aproveitado tanto pelas pessoas físicas quanto pelas jurídicas, ainda que, inicialmente, a velocidade de crescimento do crédito à pessoa física fosse muito mais intensa. Mora (2017, p. 12) ainda complementa que, “as pessoas físicas e que respondiam por 38% do total do crédito concedido com recursos livres em dezembro de 2003, já eram responsáveis por 45% do total em dezembro de 2007.

A partir de 2003, a nova equipe econômica do Governo Lula (eleito em 2002) optou pela manutenção da política econômica do governo anterior, porém, o incentivo ao acesso ao crédito permitiu uma maior adesão pelas camadas mais baixas da população (bancarização) e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional (BARONE; SADER, 2008).

Alguns programas dos bancos públicos — Caixa Econômica Federal, por meio do Caixa Aqui, e no Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil — tiveram um papel fundamental nesse processo, pois eram operados em grande rede através de correspondentes bancários, como por exemplo, em padarias, mercados e farmácias, por meio de POS⁴. Assim, facilitando o acesso aos serviços bancários. (BARONE e SADER, 2008)

⁴ Point of sale - são maquinetas eletrônicas de captura de transações, conhecidas tecnicamente como terminais POS (da sigla inglesa para ponto-de-venda).

Outra característica importante que passou a ocorrer após 2003, e que permitiu mudanças significativas no perfil das pessoas que passaram a utilizar o crédito bancário no Brasil, foi a incidência de redução da taxa básica de juros, que saiu da casa de 25,5% a.a. em jan/2003 para 8,75% a.a. jul/2009 (BACEN), devido à política monetária expansionista vigente na época do governo Lula. Esse fato culminou não só na queda do spread bancário, como também no crescimento significativo do volume de negociações de crédito no Brasil, pelas políticas públicas de combate à inflação (MENDONÇA e SACHSIDA 2008).

O spread bancário é a diferença entre a taxa média de captação dos bancos e a taxa de empréstimo. Ele é determinado naturalmente pelas condições macroeconômicas. Seu comportamento está ligado às flutuações na taxa básica de juros, embora outras variáveis sejam também importantes na determinação do spread (MENDONÇA e SACHSIDA 2008).

As formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros entre 2011 e 2014 foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário. A oferta de crédito é causa e consequência do crescimento econômico, já que propicia maior elasticidade no crescimento dos gastos dos agentes, antecipando poder de compra (BORTOLUZZI *et al.* 2015).

No que se refere ao volume de crédito, Mendonça e Sachsida (2008) salientam que o sistema financeiro obteve um total de R\$ 2,24 trilhões ao final de setembro de 2012, com aumento de 15,8% em relação ao mesmo período no ano anterior, expandindo a relação crédito/PIB de 47,4% para 51,5%. Em 2000, essa mesma relação era de 26,4%.

As operações contratadas com recursos livres totalizaram R\$ 1,42 trilhão no final do terceiro trimestre de 2012, correspondendo a 63,6% do estoque total de crédito do sistema financeiro, e 13,9% superior em relação ao mesmo período. Já as operações com recursos direcionados somaram uma participação de 36,4% no total de crédito, o que mostra que a participação do segmento de crédito direcionado é alta no Brasil (MENDONÇA; SACHSIDA, 2008).

Em relação ao crédito para habitação, ainda considerando os anos 2000, sua taxa de crescimento tem se mantido em geral bem acima daquelas alcançadas por outros setores. A taxa de crescimento do estoque de crédito para habitação se

situou em 17% ao ano (a.a.) contra a média geral, que inclui outras atividades (indústria, crédito rural, comércio, PF e outros serviços), de 12% a.a. No caso dos bancos públicos, a taxa média de expansão do crédito para habitação ficou em 19% a.a. (MENDONÇA e SACHSIDA, 2008).

Autores como Barone e Sader (2008); Paula, Oreiro e Basílio (2008); Mendonça; Sachsida (2008) e Araújo (2012) relatam também que neste processo de crescimento do crédito houve uma expressiva elevação do crédito com recursos direcionados⁵.

O crédito, ofertado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), permitiu ao governo evitar a inadimplência de alguns setores e estimular outros segmentos especialmente relevantes para evitar a retração da atividade econômica. Assim, o BNDES e a CAIXA direcionaram esforços com a finalidade de financiar, respectivamente, o investimento privado e o setor habitacional(ARAUJO, 2012).

Incluir uma grande massa de pessoas no sistema financeiro nacional passou a ser a tônica principal das políticas públicas de acesso ao crédito nos governos pós Plano Real, com destaque para os governos Lula e Dilma. Para Barone e Sader (2008), durante o governo FHC (1995-2002), o microcrédito era entendido como um crédito produtivo, capaz de alavancar renda. Nos governos posteriores (Lula e Dilma), o conceito de microcrédito foi expandido para crédito de pequeno valor, produtivo ou não, capaz de gerar renda.

A expansão do crédito às famílias cresceu 242% de janeiro de 2004 a dezembro de 2009, podendo assim ser considerado um carro chefe no processo de expansão do mercado de crédito no Brasil. Esse aumento significativo ainda demonstra que mesmo com a crise financeira, o crescimento continuou. No que se refere aos créditos às famílias, o crédito pessoal (consignado e não consignado), os

⁵ Saldo em final de período das operações de crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculados a recursos orçamentários. Refere-se aos financiamentos com destinação específica, vinculados à comprovação da aplicação dos recursos voltados para a produção e investimento de médio e longo prazos, tendo como fonte de recursos parte das captações de depósitos à vista e de caderneta de poupança, e fundos e programas públicos.

Fonte: Banco Central do Brasil – Departamento de Estatísticas. <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20593-saldo-da-carteira-de-credito-com-recursos-direcionados---total>

créditos para aquisição de veículos e aqueles destinados à habitação foram os que mais se expandiram no período em questão (LOPES, 2019, p.12).

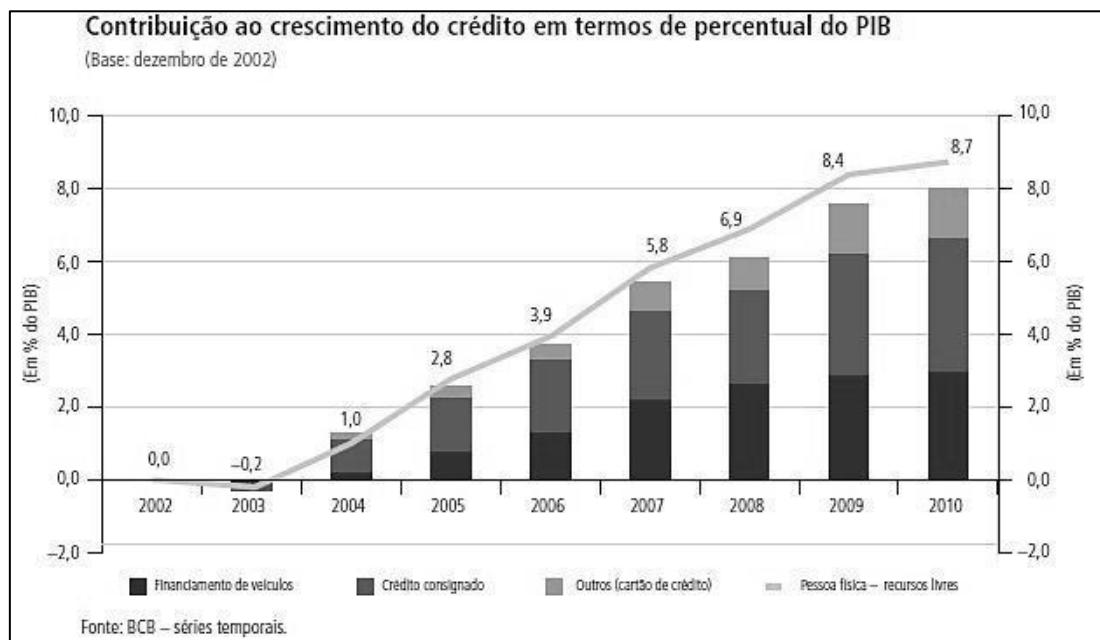
Para Silva e Zilberman (2017), o avanço do crédito ao consumidor é destacado por 3 fatores principais: a adoção do crédito consignado⁶, a mudança na legislação referente ao crédito para aquisição de veículos, fazendo com que os bancos pudessem reaver o automóvel mais rápido em caso de inadimplência; e as alterações na política de crédito imobiliário. Dessa forma, todas essas alterações na legislação possibilitou a queda no risco de inadimplência e fortaleceu para o aumento da oferta de crédito.

Paralelamente ao aumento de crédito, ocorreu uma elevação expressiva do acesso à habitação, a produção e da venda de veículos no mercado doméstico. Para Paula, Oreiro e Basílio (2008), pode-se supor que o aumento do crédito à pessoa física e à jurídica, em um contexto macroeconômico favorável, contribuiu para estimular a aquisição de veículos, especialmente a partir de 2004, repercutindo positivamente sobre a produção e venda de automóveis. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea, 2010), o financiamento de veículos favoreceu o crescimento da frota doméstica em mais de 19 milhões de veículos somente entre 2004 e 2010.

No gráfico abaixo pode-se observar a evolução da participação do crédito em relação ao PIB. Financiamento de veículos e crédito consignado foram as modalidades que mais cresceram entre 2004 e 2010 em percentual do PIB.

⁶ O crédito consignado é um tipo de crédito oferecido para os empregados do setor formal e/ou aposentados e pensionistas do INSS, com baixas taxas de juros (bem menores que as praticadas para empréstimo pessoal no mercado), em que as prestações são descontadas diretamente de seus salários e/ou aposentadorias e pensões. (BARONE e SADER, 2008, p.1258).

Gráfico 03: Contribuição ao crescimento do crédito em termos de percentual do PIB de 2002 a 2010 (base: Dez-2002)



Fonte: (MORA, 2017)

Em decorrência da crescente importância do crédito habitacional, é relevante explicar, em linhas gerais, a estrutura do financiamento imobiliário no Brasil. O crédito imobiliário atualmente conta com três distintas linhas de financiamento. Segundo Mora (2017), são essas:

- I) Constituída pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e subsidiada pelo governo, destina-se à população de baixa renda.
- II) Linha de financiamento, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), utiliza, primordialmente, recursos da poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Este está sujeito a regras, tais como limite máximo do valor do imóvel e percentual financiado.
- III) Por fim, as regras do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) regem as operações superiores àquelas permitidas pelo SFH. (MORA, 2017).

Além disso, outro importante fator para o aumento no crédito habitacional foi a criação do programa Minha Casa Minha Vida. Criado em 2009, o programa visa diminuir o déficit habitacional no país. De 2009 a 2016, o programa atingiu R\$ 295 bilhões de investimentos, 4.219.366 unidades habitacionais contratadas e,

aproximadamente, 10,5 milhões de pessoas beneficiadas (MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; EUCLYDES, F. M., 2017).

Neste sentido, cabe também distinguir crédito imobiliário e habitacional. O crédito imobiliário abrange todas as operações com bens imóveis, seja dedicada à moradia ou não. Já a definição de habitacional limita-se à habitação. Para Barone e Sader (2008), o crescimento do crédito à pessoa física permitiu ampliar a capacidade de gasto e tornou acessível o consumo de bens duráveis, como a obtenção de imóveis, por parcela da população com efeitos sobre o bem-estar da sociedade e sobre a qualidade de vida.

Outra pontuação importante quando se fala em expansão ao crédito, é que alguns autores utilizam conceitos como microfinanças e microcrédito (BARONE e SADER, 2008; PAULA; OREIRO e BASILIO, 2008). Não existe consenso, na literatura específica, sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Porém, usualmente, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc.) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BARONE e SADER, 2008).

Já o microcrédito, segundo Barone e Sader (2008), pode ser definido como todos os serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. Destaca-se assim a edição realizada pelo governo federal, em junho de 2003, do “pacote do microcrédito”, como um conjunto de medidas que objetivavam ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda.

Segundo Barone e Sader (2008), três foram os pilares do pacote – ainda que a evolução das medidas possa ser resumida na Lei nº 10.735:

- A massificação de contas simplificadas (bancarização);
- O estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista;
- A formação de cooperativas de crédito de livre associação.

Ainda de acordo com as resoluções propostas pela Lei nº 10.735, essas operações obedecem aos seguintes parâmetros financeiros: As taxas de juros efetivas não podem exceder 2% a.m.; O valor do crédito não pode ser superior a R\$

600, quando se tratar de pessoa física, e a R\$ 1.000, quando se tratar de microempreendedor; O valor máximo para a taxa de abertura de crédito não pode ultrapassar 2% para pessoas físicas e 4% do valor do crédito concedido para os demais beneficiários; O prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias, admitido prazo menor desde que a taxa de abertura de crédito seja reduzida proporcionalmente (BARONE; SADER, 2008).

Com a fixação desses valores, pretendia-se que a capilaridade das operações produzisse reflexos positivos na atividade econômica, contribuindo para alcançar o propósito de gerar emprego e renda (BARONE e SADER, 2008, p.1255).

Segundo Barone e Sader (2008, p.1258) outro fator que auxiliou um maior crédito para as famílias brasileiras foi “o programa de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS, com consignação em folha de pagamento”. Este programa foi autorizado pela Lei no 10.820, publicada no Diário Oficial da União em dezembro de 2003. As primeiras operações ocorreram em maio de 2004, com a participação da Caixa Econômica Federal.

Para Barone e Sader (2008), um fator negativo mais decorrente desse tipo de empréstimo é o mau uso dos recursos, analisando a possibilidade de elevado endividamento pelas pessoas de baixa renda. Os autores ainda alertam sobre os riscos associados ao **incentivo ao crédito e bancarização**, por meio do aumento da oferta de produtos específicos destinados à população de baixa renda. Segundo BARONE e SADER (2008):

A expansão do crédito para consumo os incluirá na sociedade de consumo, mas não trará a eles desenvolvimento. Partindo-se do aspecto da demanda econômica, no sentido keynesiano: o acesso ao crédito para consumo incentiva a população a consumir, amplia a demanda por bens e serviços e, por consequência, exige maior produção e investimentos das firmas, gerando novos empregos. (BARONE e SADER, 2008, p.1268).

Assim, se o público-alvo das políticas de expansão de crédito for a população de baixa renda, são imperativas políticas públicas associadas de crédito para produção, de maneira a ampliar seus negócios, e de outras ações, tais como capacitação, assistência técnica e acesso a mercados.

Outro ponto que se deve destacar, conforme o gráfico 04, é que a partir de 2016 houve uma mudança na concessão de crédito, uma vez que o crédito para pessoas físicas ultrapassou o crédito para pessoas jurídicas.

Gráfico 04: Concessão de crédito por modalidade (PF e PJ) no Brasil (2011-2019)



Fonte: (BCB, 2019).

Esse efeito pode ser explicado por algumas razões, entre elas: queda na concessão de crédito para empresas pelo BNDES e bancos privados, aumento na taxa básica de juros e a retração da economia no período, fazendo com que houvesse queda nas atividades empresariais (BACEN,2019)

Pelo exposto, identifica-se na literatura que o crédito cresceu de forma geral de 1990 para os anos atuais, mas que o crédito a pessoas físicas (seja ao consumidor ou habitacional), em especial direcionado para as camadas mais baixas da população, foi a modalidade de maior expansão. A próxima seção revisita a literatura sobre endividamento familiar no Brasil.

3. Avaliação do endividamento das famílias Brasileiras

De acordo com Bortoluzzi *et al.* (2013), endividamento pode ser conceituado como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, quando o consumo familiar excede sua renda orçamentária, recorre-se à utilização de recursos de terceiros.

A expansão da oferta de crédito nos últimos anos causada, principalmente, pelo aumento dos prazos e pela diminuição das taxas de juros, fez com que o endividamento das famílias brasileiras atingisse patamares nunca antes vistos (MORA, 2017). É certo que o maior acesso ao crédito pode trazer benefícios como o aumento do poder de compra, mas em determinado nível o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações (LOPES, 2019).

O endividamento é uma questão importante no cenário econômico brasileiro e também mundial, preocupando tanto a população que está se endividando, quanto o governo, o qual necessita propor ações que controlem este fenômeno (RUBERTO *et al.*, 2013).

E essa preocupação aumentou após a crise mundial de 2008, desencadeada por uma crise de crédito habitacional norte americana (sub-prime), onde o gatilho foi o endividamento das famílias de baixa renda e baixa alfabetização com financiamentos habitacionais (DONADIO, CAMPANARIO E RANGEL, 2012).

Segundo Ruberto *et al.* (2013), o percentual das famílias com dívidas tem aumentado significativamente nos anos recentes, atingindo 59,8% das famílias brasileiras em agosto de 2012. Por isso, é importante estudos na área do endividamento, na medida em que podem contribuir para as explicações sobre suas causas, além de propor medidas que possam amenizar os danos na sociedade, principalmente nas famílias. De acordo com o Sistema Financeiro Nacional – SFN, o endividamento das famílias apresentou um crescimento de 30% entre 2009 a 2012, aproximadamente. Mudanças econômicas podem ter influenciado este aumento, como por exemplo o incentivo à habitação por parte do governo, redução nas taxas

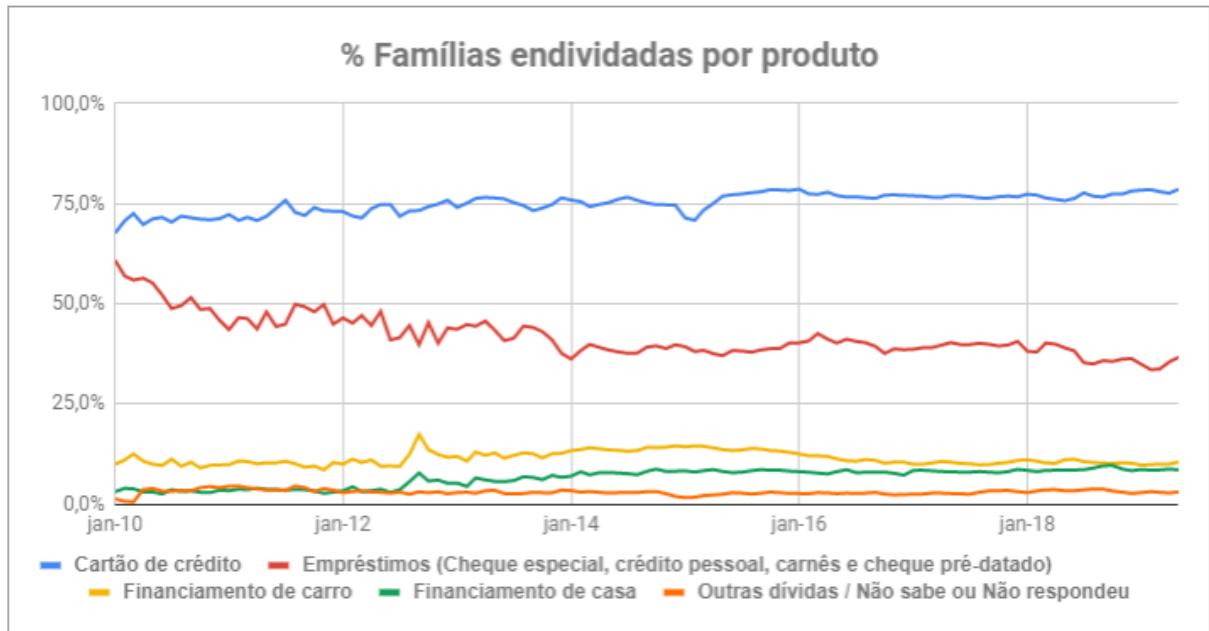
de juros, e ainda, a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) (RUBERTO et al, 2013)

Para Ribeiro e Lara (2016), o crescente endividamento brasileiro ocorre pelos seguintes produtos e serviços financeiros: cartão de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e o crédito para compra de automóveis. Ou seja, os mesmos mecanismos que também permitiram as famílias brasileiras um maior acesso ao crédito e a aquisição de bens e serviços, são também aqueles responsáveis por seu endividamento.

Um outro fator que vem contribuindo para o crescimento do endividamento das famílias brasileiras é a facilidade e o aumento da concessão de crédito, como apresentado no capítulo anterior. O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional passou de R\$ 417,8 bilhões em janeiro de 2004 para R\$1,71 trilhão em janeiro de 2011, sendo que grande parte do crescimento foi impulsionado pelo comportamento da carteira de pessoa física (RUBERTO et al, 2013).

Segundo Lopes (2019), o endividamento das famílias no Sistema Financeiro Nacional – SFN engloba basicamente as seguintes modalidades: I) Cheque especial, II) créditos pessoais, III) crédito para aquisição de veículos, IV) cartão de crédito nas modalidades rotativo e parcelado, V) aquisição de outros bens, VI) arrendamento mercantil de veículos e outros bens, VII) desconto de cheques, crédito rural, além de outros créditos livres. VIII) O financiamento imobiliário apesar de possuir essa nomenclatura também compõe as operações de crédito com recursos livres. Conforme pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 05: Percentual de Famílias endividadas por produto (2010-2018)



Fonte: PEIC 2019

Outros serviços financeiros, como cheque pré-datado e carnês do comércio, também são parcelas importantes do endividamento. Entretanto, com a simplificação das outras modalidades, estes estão em decréscimo constante de seu uso (RIBEIRO; LARA, 2016).

O maior destaque na proporção de endividados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Para se adquirir um cartão de crédito em 1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo cinco salários mínimos. Dez anos mais tarde, já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R\$ 200,00 e em alguns casos sem pagamento de anuidade (RIBEIRO; LARA, 2016).

Percebe-se que o cartão de crédito, que na década de 80 era de acesso restrito a classe alta, hoje é largamente oferecido, correspondendo à maior parcela de endividados. Em 2000, o número de trabalhadores que adquiriram um cartão de crédito era de 5 milhões. Em 2007, já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até R\$ 500,00 (RIBEIRO; LARA, 2016).

Para Ribeiro e Lara (2016), o recurso ao crédito rotativo do cartão de crédito é uma estratégia que aprisiona os consumidores de rendas mais baixas, conduzida pela política dos grandes bancos.

Segundo Ribeiro e Lara (2016), gestores financeiros apresentaram ao governo federal suas preocupações com o endividamento familiar e, em abril de 2012, o Banco Mundial, em reunião com a secretaria de Assuntos Estratégicos, discutiram suas apreensões referentes ao tratamento da pobreza no Brasil e questões relacionadas ao consumo, ao comprometimento da renda familiar e endividamento. Segundo Ribeiro e Lara (2016):

No Brasil, o comprometimento do orçamento das famílias com as dívidas tem aumentado, sobretudo, em função da falsa percepção sobre as vantagens do parcelamento das compras. Muitos consumidores não percebem os altos juros que estão embutidos nas prestações (RIBEIRO; LARA, 2016, p.25).

Ao falar sobre o endividamento das famílias, outro ponto importante que Bortoluzzi *et al.* (2013) coloca é o conceito de sobreendividamento, que seria quando o devedor se vê incapaz de pagar pelo conjunto de suas dívidas. Esse sobreendividamento pode ser classificado de dois modos: o sobreendividamento ativo e o sobreendividamento passivo.

Se a capacidade de cumprimento ou não cumprimento da dívida for causado por ocorrências não previsíveis como o desemprego, precarização do emprego, doença ou morte de um familiar, acidente, entre outros, define-se como sobreendividamento passivo. Já o sobreendividamento ativo ocorre quando o devedor contribuiativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento (BORTOLUZZI *et al.* 2013).

Portanto, a partir de determinado patamar, é possível que as famílias não consigam arcar com as obrigações (sobreendividamento), ocasionando a inadimplência e as consequências a ela inerentes, como cortes das linhas de crédito e surgimento de dívidas com altos juros e multas agregados (LOPES, 2019, p.13).

Lopes (2019, p.13) ainda aponta que a taxa de inadimplência também é um importante termômetro da economia, pois as instituições financeiras a utilizam para verificar a solidez do sistema financeiro e antever o risco de crédito.

Quando se refere à inadimplência, Bortoluzzi *et al.* (2013) argumenta que esta é uma situação em que o indivíduo não consegue saldar um contrato, seja pela falta de pagamento ou o não cumprimento do acordo, assim passa a ser considerado inadimplente o devedor que não atende a obrigação de forma espontânea.

Ruberto *et al.* (2013) salienta que as causas da inadimplência podem ser divididas em dois grupos de fatores: os microeconômicos e os macroeconômicos. Os microeconômicos são aqueles que estão ligados ao comportamento individual de cada instituição e seus tomadores de crédito. Já os macroeconômicos, são aqueles que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle das famílias.

Em relação a fatores macroeconômicos, a taxa de juros é apontada como um dos principais fatores que pode causar a inadimplência. Existem evidências de que o rendimento médio do pessoal ocupado, inflação, volume de vendas do comércio e o índice geral de preços ao consumidor amplo também afetam a inadimplência e o endividamento, de um modo geral. Outro fator que pode influenciar a inadimplência é o desemprego (RUBERTO *et al.*, 2013, p.10).

Assim, o agente pode se tornar inadimplente devido aos imprevistos que sua renda sofre constantemente. Esses imprevistos determinam os limites e as restrições orçamentárias do consumidor desequilibrando o seu controle financeiro e o tornando propício a ser inadimplente (BORTOLUZZI *et al.* 2013).

Segundo a pesquisa divulgada pelo SPC Brasil em 2014, o perfil dos “endividados adimplentes”, aqueles tomadores de crédito, mas que não possuem contas em atraso era: 52% homens; 64% possuem idade entre 25 a 49 anos; 46% são da classe A e B; com relação ao estado civil, 42% dos adimplentes são solteiros. Quanto ao grau de escolaridade, 49% têm ensino superior (completo ou incompleto), 18% têm pós-graduação, e apenas 4% possui o primeiro grau completo (BORTOLUZZI *et al.* 2013).

O perfil dos “endividados inadimplentes”, considerado aqui aqueles indivíduos que tomaram crédito e não estão arcando com seus pagamentos, sendo seus nomes disponibilizados nos cadastros de cobranças, o SPC Brasil (2014) revelou que as mulheres representam 60% dos inadimplentes brasileiros. Considerando a condição social e a faixa etária, verifica-se maior representatividade na classe C (86%) e de pessoas entre 25 a 49 anos (65%), entre os que possuem contas em atraso (BORTOLUZZI *Et al.* 2013).

Outro ponto interessante a respeito dos fatores microeconômicos é a falta de conhecimento em educação financeira. Estudos da SPC Brasil (2019) apontam que

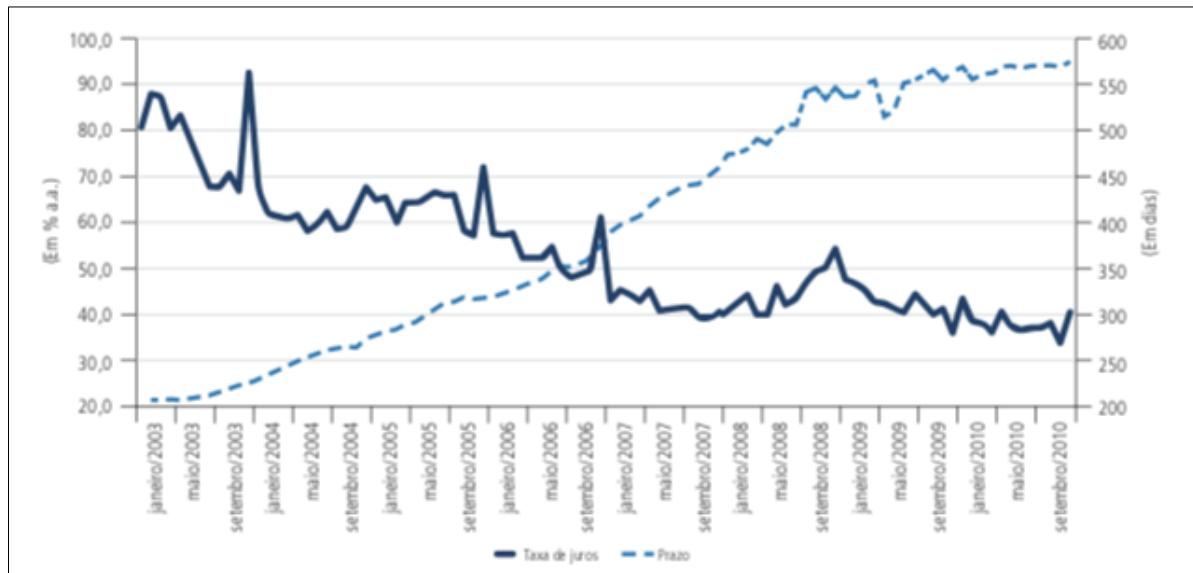
24% dos casos de inadimplência é por “emprestar o nome”⁷ e que um terço dos usuários de cartão de crédito desconhece valor da fatura

A autora Lopes (2012), ao pesquisar a relação entre endividamento e inadimplência, afirma que a taxa de inadimplência apresenta efeito negativo e não significativo no endividamento. Na verdade, a comparação é feita para explicar a causalidade, onde a autora mostra que aumento no percentual de endividamento tem relação positiva com a taxa de inadimplência, mas o contrário não é verdadeiro. Segundo a autora, esse efeito é esperado, pois as pessoas com anotação de restrição ao crédito, de acordo com as normas atuais de concessão de crédito vigentes no SFN e políticas internas dos bancos, não conseguem aumentar seu nível de endividamento (contrair mais empréstimos) até quitar suas pendências.

Autores como MORA (2015) e FRIOLIM (2017) ressaltam que as menores taxas de juros e maiores prazos contribuem para o aumento do volume de crédito para as famílias como pode ser visto nos gráficos 5 e 6.

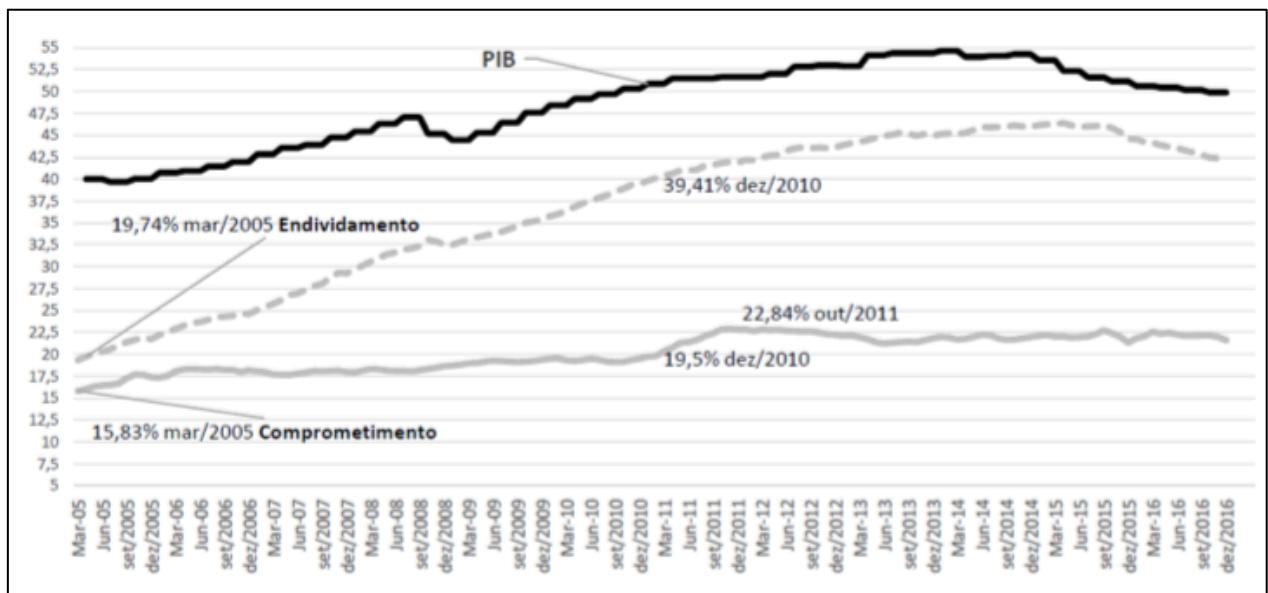
⁷ Termo utilizado para a pessoa que contrai um empréstimo ou contrato um cartão de crédito em seu nome e empresta o recurso a outra pessoa.

Gráfico 06: Evolução das operações de crédito: Taxa de juros média a.a. e prazo médio em dias (2003-2010)



Fonte: MORA,2015.

Gráfico 07 – PIB (índice), Comprometimento da Renda das famílias brasileiras (% da renda) e grau de endividamento das famílias brasileiras (% acumulada em 12 meses) de 2005-2016



Fonte: FRIOLIM,2017

Porém, com mais crédito, as famílias têm maior facilidade de adquirir dívidas, aumentando, assim, o nível de endividamento e o risco de não conseguir

pagar seus compromissos no vencimento. Passam, assim, a ser classificadas como inadimplentes.

Pode-se perceber, neste sentido, que a melhora das condições de acesso ao crédito também pode fazer com que o consumidor venha a se endividar, comprometendo uma parcela da renda familiar, pois a crescente disponibilização do crédito implica que o contratante tenha condições de, ao final do prazo contratado, arcar com o pagamento deste crédito.

Mais recentemente, o Banco Central do Brasil tem tomado medidas afim de evitar o superendividamento do consumidor, como por exemplo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (2010), o Plano para o Fortalecimento da Cidadania Financeira (PFCF - 2011) e a Resolução nº4539.

A resolução nº 4539, que dispõe sobre os princípios e a política institucional de relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços financeiros, diz que: “Art. 5º As instituições devem assegurar a consistência de rotinas e de procedimentos operacionais afetos ao relacionamento com clientes e usuários, bem como sua adequação à política institucional de relacionamento de que trata o art. 4º, inclusive quanto aos seguintes aspectos: [...] II – oferta, recomendação contratação ou distribuição de produtos ou serviços.” Ou seja, os bancos são responsáveis por garantir que seu cliente contrate o produto mais adequado ao seu perfil. Assim, a Resolução nº4539 tem atuado no âmbito de regulação dos bancos, para que estes façam este papel de “orientador” na tomada de crédito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a expansão do crédito no Brasil dos anos 90 até os anos mais recentes. Esse processo foi fundamental para a dinâmica econômica no período analisado. As políticas monetárias, adotadas pelas equipes econômicas, foram responsáveis pela expansão do crédito, através da taxa de juros e outros mecanismos.

As políticas de expansão do crédito aplicadas no Brasil favoreceram a expansão da atividade econômica através do aumento de consumo (bens duráveis, não duráveis e serviços). Alguns setores da economia foram privilegiados com as políticas de forma direta e mais expressiva, como: Construção civil, automobilísticos e bancos. Outros setores como serviços também foram impactados, mas não de forma tão expressiva.

Com o aumento na concessão de crédito ao consumidor, foi observado o aumento direto no endividamento das famílias, conforme aponta a literatura. De forma geral, são apontados dois fatores que impactam o endividamento: macroeconômicos e microeconômicos. Os fatores macroeconômicos impactam e explicam grande parte do aumento do endividamento no período, como queda na taxa básica de juros, aumento do prazo médio das operações, políticas públicas de incentivo a tomada de crédito, como por exemplo, FIES e MCMV. E mais recentemente, após 2015, observou-se fatores microeconômicos se destacando para o aumento do endividamento, como o comprometimento da renda com dívida de cartão de crédito.

Os estudos consultados permitiram concluir que a inadimplência, por mais que seja consequência do endividamento (só fica inadimplente aquele que contrai dívida), pode ser minimizada com outros tipos de políticas. O período entre 1990-2014, pode ser um exemplo, pois o aumento do endividamento foi acompanhado de redução da taxa de juros e aumento do prazo médio, minimizando o impacto no comprometimento da renda e, consequentemente, na inadimplência (gráficos 5 e 6).

O aumento do endividamento se deu pelo aumento em linhas de crédito que possuem prazo longo para pagamento, como imobiliário e financiamento de automóveis. Dessa forma, o comprometimento líquido de renda (valor da parcela

desembolsada mensalmente pelo consumidor) não aumentou na mesma proporção do endividamento, tendo, portanto, menores efeitos sobre inadimplência.

Por outro lado, após 2014, em dados mais recentes do SPC, observa-se que a inadimplência entrou em crescente. Uma das explicações é o uso abusivo de linhas de crédito como cartão de crédito (80% da composição da dívida) que possui prazo curto (30 dias), juros elevados, ilusão de ascensão social e/ou aumento de renda. Outro ponto a ser destacado é o fator macroeconômico neste período após 2014, onde é observado que houve virada na estratégia do BACEN, passando a aumentar a taxa básica de juros (até abril/2013 estava em 7,5% ao ano e alcançou 14,24 em julho/2015) e, paralelamente, a taxa de desemprego saltou de 6,8% em 2014 para 12,7 em 2017 (IBGE).

Foi visto também, na pesquisa publicada do SPC em 2014, que indivíduos com nível superior completo, por mais que possuam maior endividamento, não possuem os maiores níveis de inadimplência. Podendo ser explicado por: i) indivíduos com superior completo possuem renda média mais alta; ii) possuem maior grau de entendimento de educação financeira em relação aos indivíduos com rendas mais baixas (observado pouco grau de instrução neste sentido nas camadas mais baixas, que justamente foram as que tiveram maior crescimento de inadimplência).

Conclui-se, então, que por mais que a concessão de crédito tenha impactos positivos no PIB, via demanda, deve-se ter um olhar mais profundo sobre a composição das créditos, pois um consumidor endividado e inadimplente afeta toda a sociedade, desde sua redução de consumo (impactando na economia) até seu bem-estar social (impactando sua qualidade de vida). Para que o Brasil retome patamares de crescimentos do PIB, não basta apenas manter a política de expansão do crédito para o consumidor, mantendo o aumento de consumo pelas famílias. Ficou claro que esta política deve ser acompanhada de projetos de educação financeira, principalmente para as famílias de classes mais baixas e, paralelamente, adotar medidas que retome a confiança do empresariado, como reformas e uma agenda fiscal sustentável. Desta forma, os bancos públicos e privados podem retomar níveis anteriores de expansão do crédito também para pessoa jurídica, favorecendo o crescimento da produção.

Frente a tudo que foi discutido e levantado sobre as linhas de crédito disponíveis, as formas de acesso e o enfrentamento da dívida pelas famílias

brasileiras, cabe também ampliar e aperfeiçoar a responsabilidade da gestão pública as demandas desta população, procurando desenvolver estratégias políticas, para uma maior educação fiscal junto ao consumidor.

O gestor tem sob sua responsabilidade, assuntos de importância ficando este responsável por apresentar com eficiência, eficácia e pontualidade aos cidadãos a disponibilidade dos serviços de crédito, mas também garantir o uso adequado desses recursos.

5. REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Victor Leonardo de. **Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ano 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1235> Acesso: 16/04/2019.
- BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: Evolução e Perspectivas.** Rev. Adm. Pública , Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, dezembro de 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600012>. Acesso em 15 de abril de 2019.
- BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. **Aspectos Do Endividamento Das Famílias Brasileiras no Período de 2011-2014.** PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n.146, p. 111-123, junho/2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.
- DONADÓ, R; CAMPANARIO, M. de A, RANGEL, A. de S. O Papel do da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros. REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abril. 2012. Disponível em: <http://revistabrasileiramarketing.org/ojs2.2.4/index.php/remark/article/view/2281/2089>. Acesso em: 30/06/2019.
- FRIOLIM, P. C. Crédito, Consumo e Endividamento: Uma Análise Sobre os Impactos da Expansão do Crédito no Consumo das Famílias Brasileiras no Período 2003-2015. 79 p. Universidade Federal do Pampa Campus Sant'ana Do Livramento. Curso De Ciências Econômicas. Sant'Ana do Livramento 2017. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/2053/1/TCC%20Patricia.pdf>. Acesso em: 30/06/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. Ano:2010 Acessado: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf> em 01/06/2019
- LIMA, F. A.. O Impacto da política monetária sobre as condições de crédito no Brasil: uma análise durante o período de 2011 a 2018. 56 f.:il Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/8109/1/Impactodapolitica_Lima_2018.pdf - Acessado em 01/07/2019
- LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: O Impacto de Indicadores Macroeconômicos.** 2012. 64 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público)-Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11133>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; MORAIS, J. C. J. de. **Finanças comportamentais:** como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI & LAKATOS. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas.** São Paulo: Atlas, 1999.

MENDONÇA, Mário Jorge; SACHSIDA, Adolfo. **Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil**, Texto para Discussão, No. 1837. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2013. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91406/1/751109371.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2019.

MORA, Mônica. **A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990. ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, janeiro de 2015. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2019.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; EUCLYDES, F. M. **Minha casa, minha vida” em números:** quais conclusões podemos extrair? Grupo Temático 3: Análise de Políticas Públicas. IV Encontro brasileiro de Administração Pública do Século XXI. João Pessoa. Ano 2017. Acesso: <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documents/0594-613-minha-casa.pdf> em 20/05/2019.

PAULA, Luiz Fernando de; OREIRO, José Luis; BASILIO, Flavio A. C.. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais.** Nova econ., Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 473-520, Dec. 2013. . Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512013000300001>. Acesso em 14 de abril de 2019.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório.** Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 126, p. 340-359, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200340&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 June 2019

RUBERTO, Isabel Von Grafen et al. **A Influência dos Fatores Macroeconômicos sobre o Endividamento das Famílias Brasileiras no período 2005-2012.** Revista Estudos do Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, p. 58-77, ago. 2013. ISSN 1982-6729. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3328>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RUDIO, F. Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis. Editora Vozes, 1998.

SANT'ANNA, A. A; JUNIOR, G. R. B; ARAUJO, P. Q. DE. Mercado de Crédito no Brasil: Evolução Recente e o Papel do BNDES (2004-2008). Revista do BNDES, rio de janeiro, V. 16, N. 31, P. 41-60, JUN. 2009. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8561/2/RB%2031%20Mercado%20de%20Cr%C3%A9dito%20no%20Brasil_Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Recente%20e%20o%20Papel%20do%20BNDES%202004-2008%29_P_BD.pdf. Acesso em: 30/06/2019.

SILVA N. ; ZILBERMAN E. **Impactos macroeconômicos da expansão do crédito no brasil: o período 2001-2011.** Texto para Discussão. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Ano:2017 Acesso: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8059/1/td_2333.pdf pdf em 20/05/2019.

SILVA, G. J. C. Et al. **Spread bancário no Brasil:** uma avaliação empírica. In: PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org.). *Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

SILVA, S. B. da C. N. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. 332 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SPC BRASIL. **Em ritmo de desaceleração, inadimplência chega a 62,6 milhões de pessoas no mês de abril**, apontam CNDL/SPC Brasil 2019. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/05/An%C3%A1lise-PF_Abril_2019-1.pdf . Acesso em:01/07/ 2019.

SPC BRASIL. **Empréstimo de nome é responsável por 24% dos casos de inadimplência, mostra pesquisa** CNDL/SPC Brasil 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6374>. Acesso em:01/07/ 2019.

SPC BRASIL. **Um terço dos usuários de cartão de crédito desconhecem valor da fatura, revelam** CNDL/SPC Brasil 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/5410>. Acesso em:01/07/ 2019.